



Anais da Assembléia

N.º 106

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 100.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 1983

TERÇA-FEIRA.

CHY, da Câmara Municipal de Ponta Grossa, neste Estado.
Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1983.

(a) DJALMA DE AMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que sejam realizados estudos objetivando avaliar a possibilidade de incluir Campo Mourão dentre os treze municípios onde serão realizadas obras para a ampliação do Sistema Coletor de Esgotos.

Há muito que tal reivindicação é aspiração dos habitantes mourãoenses, face à atual rede ser incompatível com a estrutura urbana, sendo bastante debilitada, colocando por diversas vezes em risco a própria saúde e higiene dos que estão hoje desprovidos do benefício ora reivindicado.

Faz-se necessário, para constituir a Cidade de Campo Mourão, de uma estrutura coletora de esgoto, tornando-se uma das treze municipalidades a serem beneficiadas.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que sejam realizados estudos objetivando avaliar a possibilidade de incluir Campo Mourão dentre os treze municípios onde serão realizadas obras para a ampliação do Sistema Coletor de Esgotos.

Há muito que tal reivindicação é aspiração dos habitantes mourãoenses, face à atual rede ser incompatível com a estrutura urbana, sendo bastante debilitada, colocando por diversas vezes em risco a própria saúde e higiene dos que estão hoje desprovidos dos benefícios ora reivindicados.

Faz-se necessário, para constituir a cidade de Campo Mourão, de uma estrutura coletora de esgoto, tornando-se uma das treze municipalidades a serem beneficiadas.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja avaliado a possibilidade de ser enviada uma viatura devidamente equipada para a Delegacia de Polícia, localizada no Município de Juranda.

Neste sentido, torna-se necessário o pedido ora exposto, tendo em vista que iria suprir em parte, as já deficientes condições daquele organismo policial.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariado pelos Senhores Deputados Edgar Pimental e Erondy Silvério.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimental, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes.(58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PAULO FURIATTI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de quorum para aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Ata já está aprovada, se Vossa Excelência deseja, a Mesa fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PAULO FURIATTI - Desejo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa atende, e procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

25 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte.

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata da Sessão de Hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOAO LEITE MENDES, de tradicional família princezina, deixando os seguintes filhos: Valderéz, casada com Valdemar Diedrichs, Jussara, casada com Jair José Woitchy, ocorrido no dia 23 do corrente, em Ponta Grossa.

REQUER outrossim, seja dada ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente ao Vereador JAIR JOSÉ WOIT-

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao ilustríssimo senhor doutor José Brandt Silva, DD. presidente do Conglomerado **Banestado**, solicitando que seja instalada uma agência desse estabelecimento oficial de crédito no Município de Chopinzinho, dando-se ciência deste requerimento ao prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1983.

(a) Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

Tendo já sido elevado a chefe de Comarca, o Município de Chopinzinho, no Sudoeste do Estado, por sua situação geográfica, carece de um melhor atendimento bancário, principalmente de um estabelecimento oficial de crédito, para concretizar com maior facilidade as operações que dele dependem.

Outrossim, contando com uma elevada produção agrícola, e proporcionando considerável arrecadação ao Estado, justifica-se plenamente a instalação de uma agência do **Banestado** naquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado estadual Nelson Vasconcellos, que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo senhor Deni Lineu Schwartz, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, relativa a implantação de rodovia asfaltada, ligando o Distrito de Aparecida do Oeste, do Município de Tuneiras do Oeste, à estrada Boiadeira, que já está incluída no plano de asfaltamento.

JUSTIFICATIVA:

Jé é tempo da malha rodoviária interligar as localidades em favor do intercâmbio comercial que fortalece a comercialização e distribuição dos produtos básicos, notadamente os agropecuários. As épocas chuvosas o tráfego fica interrompido e o transporte pesado parado com perdas consideráveis que no final aumentam os custos com fretes mais altos.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1983.

(a) Nelson Vasconcellos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No uso das atribuições que me são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo senhor Deni Lineu Schwartz, digníssimo secretário dos Transportes, pela construção de ponte sobre o Rio Goio-Êrê, interligando a Estrada Tuneiras do Oeste-Janiópolis.

JUSTIFICATIVA:

As recentes enchentes nos Estados do Sul, cuja extensão é notória, destruiu a ponte existente, levando-a a correnteza do rio. A ligação Tuneiras do Oeste-Janiópolis, ficou totalmente prejudicada e seu tráfego restabelecido é reivindicado pelas autoridades municipais, pelos produtores rurais e pelos comerciantes que além da recessão sofrem o isolamento.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1983.

(a) Nelson Vasconcellos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No uso das atribuições que me confere o Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo senhor Deni Lineu Schwartz, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, visando o asfaltamento da via que liga o Distrito de Marabá,

Município de Tuneiras do Oeste, a Rodovia PR 323 que liga Maringá a Cianorte.

A obra em referência é reivindicada para atender uma vasta e rica região em produção agropastoril até hoje não incluída na malha rodoviária do Estado, embora muitos esforços nesse sentido tenham sido feitos.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1983.

(a) Nelson Vasconcellos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER a Vossa Excelência, seja enviado expediente ao Excelentíssimo senhor Secretário de Saúde e Bem Estar Social, solicitando instalação de Posto de Saúde nos Distritos de Taquarimbé, São Luiz e São Vicente, todos no Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1983.

(a) Amélia Hruschka.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Araruna é super carente e principalmente seus Distritos, daí a grande necessidade de se instalar ali postos de saúde para atender a população rural, carente de todos os recursos.

E, se a Saúde é a Suprema Lei, devemos lutar todos para resolver o problema em todos os lugares onde o paranaense com sua força de trabalho produz para o enriquecimento deste Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, de acordo com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao senhor governador do Estado, bem como aos Secretários de Estado, da Educação e da Administração, para que tomem providências quanto às promoções de professores e especialistas de Educação, quer por avanço vertical por habilitação, que por avanço diagonal por antiguidade, conforme determinam as Leis Complementares nº 7/76 e 16/82 e a Lei nº 6.174/70, e como justifica.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1983.

(a) Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

O magistério público estadual aguarda com ansiedade de medidas do atual Governo no sentido de que se façam correções nas distorções havidas e nas interpretações falaciosas dadas pelo Governo anterior, quanto às promoções da classe, quer por avanço vertical por habilitação, quer por avanço diagonal por antiguidade.

Como são promoções distintas, inseridas num mesmo Estatuto, o do Magistério, disposto na Lei Complementar nº 7/76, de 22/12/76, e emendado pela Lei Complementar nº 16/82, de 08/07/82, passarei a justificá-las separadamente.

A) QUANTO À PROMOÇÃO VERTICAL POR HABILITAÇÃO

A promoção vertical por habilitação, prevista pela alínea "b", do § 2º do artigo 32, da Lei Complementar nº 7/76, teve normas específicas de concessão desse benefício estabelecidas na Lei Complementar nº 16/82, concretizada nos meses de outubro de 1982, e nos meses de abril deste ano, com uma nova promoção em outubro próximo vindouro.

Não obstante a última promoção, nesse caráter transitório, dar-se em outubro deste ano, no entanto, centenas de professores e especialistas da Educação foram afastados das promoções de outubro do ano passado e de abril deste ano. Esse afastamento nessas duas promoções está gerando descontentamento dos interessados, porque não se justifica a razão dada pelo Grupo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado da Educação, ao negar essas promoções.

O grupo de Recursos Humanos da Educação, ao negar peremptoriamente essas promoções, tem alegado que esses professores estão em "estágio probatório", e, por essa razão, não puderam nem podem ser promovidos. Realmente, se esses professores estivessem em "estágio probatório", não poderiam ser promovidos, como determina a lei.

O que na verdade está acontecendo é que está havendo uma interpretação falaciosa da lei, no que diz respeito ao tão falado "estágio probatório" desses professores.

A maioria deles possui um outro cargo do magistério, já há muitos anos, e até na mesma disciplina do cargo novo. Como poderia estar em "estágio probatório" num cargo idêntico, da mesma disciplina, quem já vem ministrando aulas há quatro, dez, quinze, vinte ou mais anos de magistério público? É, deveras, um absurdo tal alegação. E até uma aberração, ao arrepio da lei e do bom senso!

Senhor presidente, senhores Deputados, atentem ao que diz a lei. Suposto que esses professores estivessem em "estágio probatório" nesse novo cargo, não poderiam adquirir "estabilidade" no serviço público. Porque a estabilidade é adquirida após "dois anos de exercício", conforme reza a Constituição Federal em seu art. 100:

"Serão estáveis, após dois anos de exercício, os funcionários nomeados por concurso".

Esse mesmo texto é repetido na Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 67 e na Lei nº 6.174/70, art. 136.

O que se exige para estabilização no serviço público são dois anos de exercício. E, no caso do professor ou do especialista de Educação, pressupõe-se que sejam "dois anos de exercício no magistério".

Ora, quase a totalidade desses professores ou especialistas têm contado, para todos os efeitos legais, tempo de serviço de aulas extraordinárias, ministradas em estabelecimentos de ensino do Estado. E quase todos eles são detentores de um outro cargo do magistério, mais antigo, e, para muitos, na mesma disciplina.

E o parágrafo único do artigo 135, da Lei nº 6.174/70, torna mais clara ainda a situação da estabilidade dos servidores estaduais, quando diz:

"A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo ou função".

O parágrafo único do art. 55, da Lei Complementar nº 7/76, diz que "a estabilidade do professor ou especialista de Educação é adquirida nos termos dos artigos 135, 136 e 137, da Lei nº 6.174/70". Pelo que, passa a prevalecer para os mesmos o disposto no parágrafo único do artigo 135, da Lei nº 6.174/70, texto que faço questão de repetir e frisar: "A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo ou função".

Ter barrado um professor ou especialista de Educação nas promoções de outubro do ano passado e em abril deste ano, nas condições já analisadas, foi uma injustiça gritante, sob qualquer ponto de vista, precipuamente sob o ponto de vista jurídico. Porque falaciosa tem sido a interpretação dada do presumível "estágio probatório" em que poderiam estar esses servidores públicos.

A Constituição Federal vigente, bem como a Constituição Estadual, estabelece o "privilégio de exceção" para o professor, quando estabelece, em seus artigos, o direito de acumular cargos.

Eis o disposto legal da Carta Magna:

Art. 99 - É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto:

- I - (omissis)
- II - a de dois cargos de professor;
- III - (omissis)
- IV - (omissis)

§ 1º - Em qualquer dos casos a acumulação somente será permitida quando houver correlação de matérias e compatibilidade de

horários.

O "privilégio de exceção" outorgado pela própria Constituição Federal deve ser entendido também como "privilégio de situação funcional", devendo ser dispensado de qualquer estágio probatório o professor que já detinha um outro cargo efetivo, mormente se for na mesma disciplina ou em disciplina correlata.

Ademais, após a promoção de outubro deste ano, somente em outubro de 1985 dar-se-á a próxima promoção vertical por habilitação no magistério estadual, conforme determina a lei.

Como ficará então a situação de centenas de professores que foram preteridos em seus direitos de promoção em razão de uma interpretação errônea da legislação?

Esta é a minha primeira indagação.

B) QUANTO À PROMOÇÃO DIAGONAL POR ANTIGUIDADE

A data de 31 de dezembro de 1981 foi colocada como limite para a concessão da promoção diagonal por antiguidade para professores e especialistas da Educação.

Isto quer dizer que, a partir desta data, todo professor e especialista de educação tem que aguardar três anos para uma nova promoção diagonal por antiguidade. É o que discrimina o § 4º, alínea "a", do artigo 32 da Lei Complementar nº 7/76:

§ 4º - A promoção por avanço diagonal dar-se-á:

a) por antiguidade, a cada triênio de efetivo tempo de serviço na classe e na referência.

E o órgão competente da Secretaria de Estado da Educação, o Grupo de Recursos Humanos Setorial, baixou instruções proibindo qualquer promoção diagonal por antiguidade, mesmo que o tempo de serviço contado, para todos os efeitos legais, no cargo efetivo tenha sido de períodos anteriores à data de 31/12/81. O que prevalece para o órgão setorial é a data de entrada do processo de contagem de tempo, anterior a 31/12/81.

Com essa medida tomada, os professores mais desavisados tiveram suas promoções limitadas, por não terem protocolado em tempo sua contagem de tempo. O que prevaleceu foi a data de entrada do processo de contagem, e não o tempo anterior contado, como deveria ser de direito.

Mas, senhores deputados, senhor presidente, vejam as mazelas de atos administrativos mal programados e mal estudados.

Quase um ano depois da data-limite (31/12/81), em 15 de dezembro de 1982, a própria Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, em vista do contido no Parecer Administrativo nº 03/82, da douta Procuradoria Geral do Estado, estabeleceu novas normas para contagem de tempo de serviço de aulas suplementares e extraordinárias. Essas normas modificaram os critérios de contagens anteriores.

E o gabinete da diretoria geral dessa Secretaria de Estado, da Recursos Humanos, ao determinar a revisão de contagem de tempo de aulas suplementares e/ou extraordinárias, assim se pronunciou em parte do documento:

"Esta orientação, respeitada a norma fixada no Parecer nº 31/82/PGE, decorre do princípio jurídico de que, inexistindo lei ou ato formal específico, não pode a administração, ao seu talante, fixar critério prejudicial ao patrimônio funcional do servidor público".

E daí, o critério de não se contar, para efeitos da promoção diagonal por antiguidade, o tempo de serviço anterior a 31/12/81, pelo simples fato de não ter protocolado o processo antes daquela data, não é também um critério prejudicial ao patrimônio funcional do servidor público? Não é um critério injusto?

Em vista da decisão da diretoria geral da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, datada de 15/12/82, reformulando o critério de contagem de tempo de aulas suplementares e/ou extraordinárias, grande número de professores entra-

ram com pedido de revisão de contagem de tempo dessas aulas. Constantemente o Diário Oficial do Estado tem publicado essas ratificações.

Se houve novo critério na contagem de tempo dessas aulas presume-se que houve erro anterior nessas contagens. É a lógica de um raciocínio dedutivo. E, se houve um erro, cabe à Administração sanar esse erro, reparando o professor ou o especialista de Educação de todos os prejuízos decorrentes desse erro. Porque o erro foi administrativo: mudou-se o critério de contagem.

Se a Administração tem aceito e concedido a professores e especialistas de Educação retificações de contagem de tempo de aulas suplementares, como ficarão, então, as promoções diagonais por antiguidade desses servidores, lesados por contagem de tempo feitas anteriormente por um critério confessadamente errado?

Esta é a minha segunda indagação.

Como essas aberrações jurídicas vêm sendo cometidas desde o Governo passado, com sérios prejuízos para a classe do magistério, que muitas vezes teve que usar de greves constantes para pleitear seus direitos, fica aqui registrado meu apelo ao Governo José Richa, aos titulares das Pastas da Educação e dos Recursos Humanos, para que tomem as providências cabíveis para sanar as injustiças havidas nas promoções do magistério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, Transcrição nos Anais da Casa do Pronunciamento Proferido na Inauguração da Escola da Magistratura do Paraná, pelo Excelentíssimo Senhor Governador José Richa.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI

Projeto de Lei:

Projeto de Lei n.º 150/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o CONSELHO PAROQUIAL DA COMUNIDADE CATÓLICA DE "SÃO SEBASTIÃO", com sede e foro na cidade de Andirá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Paroquial da Comunidade Católica de São Sebastião, entidade religiosa sem fins lucrativos, vem realizando trabalho exaustivo, junto à sociedade andiraense de modo a levar às classes menos favorecidas normas de higiene, preceitos morais, curso para conscientização dos deveres matrimoniais, bem como alimentos básicos e ensinamentos de preceitos evangélicos. A atuação do Conselho na área de caridade e assistência social tem sido tão eficaz que acabou tendo o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal n.º 02/83, de 09.09.83.

A documentação que anexamos comprovam o preenchimento das exigências legais, previstas na Lei n.º 6.994, de 10.01.1978, que regula, no âmbito estadual, o Instituto de Utilidade Pública.

Com isso, apresentamos o presente Projeto de lei, que temos certeza merecerá o apoio e a aprovação dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. presidente, sr. e sras. deputadas. (Lê):

Hoje, dia 27 de setembro, faz exatamente um ano que o Jornalista e Professor JUVÊNCIO MAZZAROLLO, teve seu mais elementar direito, o direito à liberdade, suprimido pela justiça militar, que se valeu da repugnante lei de segurança, para enquadrá-lo e condená-lo a dois anos de prisão.

Que crime cometeu este jornalista para receber tal castigo? Srs. Parlamentares.

Cometeu o pecado de posicionar-se ao lado dos agricultores que estavam sendo injustiçados pelas desapropriações de Itaipu. Denunciou arbitrariedades de policiais, desmandas e corrupções nos órgãos públicos, localizados em Foz do Iguaçu, e ainda, a péssima administração municipal.

Esses atos foram considerados nocivos à Segurança da Nação, e Juvêncio está amargando as agruras do cárcere, enquanto os verdadeiros lesa-pátrias, que escandalizam o mundo com desvios, roubos e negociatas, permanecem impunes, e até mesmo sendo promovidos por aqueles que detém a ferro e fogo o poder no Brasil.

E o que é pior, Sr. Presidente e Srs. Deputados, recebemos hoje a lamentável notícia de que o superior tribunal militar, em Brasília, julgando uma apelação à primeira condenação de um ano, reviu a pena, aumentando-a para três anos, e que agora perfaz uma condenação de quatro anos de reclusão.

E tudo parece muito bem articulado; justamente na véspera da data que completa cinquenta por cento do cumprimento da pena, oportunidade em que os advogados Wagner D'Angelis Renê Dotti e Heleno Frago, requeriam o livramento condicional para a segunda parte do confinamento.

Lamentavelmente, mais uma vez se confirma a falsidade do gesto de mão estendida do General Figueiredo e do regime. Mais um passo atrás estamos dando, nessa propalada abertura política. E atitudes revanchistas como estas, têm endereço definido; é um alerta do regime, a todos que corajosa e patrioticamente, lutam por um verdadeiro estado de direito neste nosso país. É mais uma prova, de que a repressão, só está fingindo de morta, e que está pronta para caçar, prender, e até, torturar.

Os advogados do Jornalista recorrerão a esta revisão da pena, ao supremo Tribunal Federal, onde acreditamos que será mantida a condenação inicial.

Da mesma forma que Juvêncio, hoje em todo o Brasil, uma série de religiosos, jornalistas, intelectuais, camponeses e lideranças populares foram também vitimados pela Lei de Segurança Nacional que desde sua decretação em 1968, vem semeando injustiças e sofrimentos.

Em Brasília, encontram-se presos os padres franceses Aristides e Francisco; no Pará, 11 simples agricultores; no Rio, os jornalistas do "Hora do Povo" Cláudio Campos, Ricardo Lessa e Pedro Camargo; também condenados, mas respondendo em liberdade, os jornalistas do "Coojornal", Osmar Trindade, Rafael Guimarães, Rosvita Laux e Elmar Bones, Paulo Roberto Ferreira e Luís Carvalho, do Jornal Resistência.

Estão sendo processados o Editorialista do Jornal "Extra", de Joinville, Ronald Havanagk, o líder sindical Jair Meneghalli, o Deputado Federal Theodorico Ferraço e o Governador do Espírito Santo, Gerson Camata. Ameaçados ainda por esta Lei de Segurança Nacional, estão os Jornalistas José Carlos de Assis e Boris Casoy da "Folha de São Paulo" e Julio Mesquita Neto do "Estado de São Paulo", além de muitos outros.

Neste momento, todos os democratas e patriotas têm o dever da solidariedade a todos os atingidos pela espúria Lei de Segurança Nacional, e neste sentido, convidamos a todos para participarem do Culto Ecumênico em solidariedade aos processados, condenados e presos pela Lei de Segurança Nacional, que se realizará às 19:30 horas na Igreja Evangélica Luterana de Curitiba.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Passo neste momento a proceder a leitura da "Carta ao Povo Brasileiro", que faz parte de uma ampla campanha pela

revogação da Lei de Segurança Nacional, documento este, que foi firmado pelas mais expressivas entidades de nosso Estado, tais como os partidos políticos, a ordem dos Advogados do Brasil, a Comissão de Justiça e Paz, a União Paranaense dos Estudantes e outras entidades democráticas:

CARTA AO POVO BRASILEIRO

O povo brasileiro condena a doutrina de Segurança Nacional, porque dela decorrem a prática da violação dos direitos individuais e o aniquilamento das liberdades. A ideologia fundada na doutrina de Segurança Nacional consagra as torturas, os assassinatos políticos, o combate cego e indiscriminado contra todas as pessoas que se oponham ao estabelecimento social e proponham à sociedade mudanças que eliminem a miséria, a fome, a injustiça e as desigualdades sociais.

As verdadeiras razões da doutrina de Segurança Nacional não são divulgadas: permanecem, ao contrário, reservadas aos altos escalões das elites. Com isto se afasta a participação popular da condução do Estado.

O poder é concentrado. A direção política do destino nacional, é exercida por imposição de regras ao povo, sem que tenha este qualquer acesso às decisões que são, em seu nome, tomadas.

A doutrina de Segurança Nacional canoniza a guerra ideológica, para não admitir qualquer modificação no campo econômico e político. Com isto celebra as discriminações, para pauperizar o povo e enriquecer ainda mais as elites dominantes.

Gerado pelos laboratórios militares norte-americanos, espalhada pela América Latina pelas escolas de guerra, a doutrina de Segurança Nacional, planta as ditaduras militares, sufoca as necessidades de progresso social, impõe sacrifícios desumanos, medo, insegurança, guerras sangüinárias, para manter inalterado o quadro de privilégios das minorias opressoras.

É hora de romper com esta ideologia, os povos latino-americanos não mais suportam as atrocidades de que são vítimas; praticadas pelos defensores da doutrina de Segurança Nacional.

O povo quer trabalho, quer pão, quer liberdade, quer paz.

As guerras centro-americanas constituem o preço mais doloroso imposto às populações irmãs de El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Honduras, pelos donos do Poder em nome de uma doutrina sangüinária que marginaliza as aspirações populares.

No Brasil, a doutrina de Segurança Nacional é a responsável insidiosa pela gravidade da situação em que vivemos, porque dela nasceu a Lei de Segurança Nacional e, com ela, impediu-se o povo brasileiro de participar e decidir o seu próprio destino.

A Lei de Segurança Nacional fulmina, tortura, mata e bane o desejo de progresso social de nosso povo.

Por isto queremos a revogação, exigimos a imediata revogação da Lei de Segurança Nacional. Queremos paz. Queremos liberdade, pão, trabalho, esperança e a propriedade de nossos próprios destinos.

Esta é a nossa conclamação."

Curitiba, 30 de agosto de 1983.

Seguem-se as assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao senhor deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê).

"Vivemos numa época bastante difícil. Entendemos que todas as preocupações devem estar centradas num só esforço para conduzir-nos à solução dos graves problemas que enfrentamos. Sempre condenamos a tática do governo federal de tentar desviar a atenção do povo dos problemas mais sérios para setores que nada contribuem para a melhoria de vida da nossa população. Estamos há mais de dois anos da sucessão do general

Figueiredo e a imprensa nacional dedica diariamente grandes espaços ao progresso sucessório nacional. Nós condenamos essa exagerada preocupação que o governo dá na escolha do sucesso do presidente Figueiredo enquanto setores essenciais como a saúde, a educação, continuam sendo desatendidos em toda a Nação.

No Paraná parece que estão querendo fazer a mesma coisa. O governador José Richa ainda nem esquentou a cadeira no Palácio Iguaçu e muita gente já pensa em sucedê-lo. Estamos discutindo o plano de governo que nem foi aprovado pela Assembleia Legislativa ainda e ao mesmo tempo já se lançam nomes à sucessão do senhor José Richa, em 1986.

Precisamos agora do esforço de cada um para recuperar o Paraná para não frustrar a expectativa do eleitorado. Ainda é cedo para falar em nomes para 1986. O eleitorado repudia a tática do governo federal que só fala em sucessão, lá biônica. Esse mesmo eleitorado que sofre a cada dia a grave consequência dessa política instituída pelo Palácio do Planalto também não aceita a discussão agora em nomes para substituir o governador José Richa que acaba de completar seis meses de administração.

O ex-governador Jayme Canet que tem seu nome citado como candidato à sucessão de José Richa declarou antes de 15 de novembro do ano passado, que estaria realizado com a derrota de Ney Braga.

Que após a vitória iria cuidar de seus assuntos particulares.

Acreditamos que nem Canet aprova o lançamento precipitado de seu nome numa futura disputa eleitoral.

Jayme Canet é hoje um homem integrado ao PMDB, tem folha de serviços prestados ao Paraná. Poder ser candidato à sucessão de José Richa mas na hora oportuna. No PMDB o leque de opções de candidato ao governo do Estado é muito grande e alcança muita gente de capacidade reconhecida. Nomes à altura de substituir José Richa em 1986 o PMDB tem de sobra. O senador Álvaro Dias, por exemplo, é um campeão de voto de comportamento político irrepreensível e de inegável força política no País. Outros nomes como Maurício Fruet, Alencar Furtado, Hélio Duque, Nivaldo Kruger, Olivir Gabardo, Wilson Moreira e outros são candidatos em potencial que o PMDB tem para disputar o Palácio Iguaçu em 1986. São todos qualificados e testados nas urnas.

Repetimos que ainda é cedo para deflagrar o processo sucessório estadual. A hora é de união em torno do governador José Richa e do PMDB para que nosso partido faça uma administração que atenda as aspirações populares e continue a ter a confiança dos eleitores que elegeram José Richa o ano passado. O sucesso de uma administração coerente, profícua, será o sucesso em 86. Vamos guardar a munição sucessória para a época oportuna. Agora roda munição do PMDB deve ser empregada e concentrada na administração estadual."

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao senhor deputado Cafto Quintana.

Havendo declinado, concedo a palavra ao senhor deputado Sabino Campos.

Havendo declinado, concedo a palavra ao senhor deputado Erondy Silvério.

Havendo declinado, concedo a palavra ao senhor deputado Rubens Bueno.

Havendo declinado, concedo a palavra ao senhor deputado Djalma de Almeida César.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Gilberto Carvalho.

Havendo declinado, concedo a palavra ao senhor deputado

Márcio Almeida.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Ervin Bonkoski.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado.

Havendo declinado, a Mesa consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao senhor deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor presidente, senhores deputados.

Estamos terminando de voltar de uma visita que fizemos ao presidiário Juvêncio Mazzarollo e, em nossas breves palavras, pretendemos aqui reafirmar, consolidar o depoimento prestado já pelo deputado Sérgio Spada, que tem feito, desta tribuna, uma insistente vanguarda de luta contra aquilo que ainda se intitula, incoerentemente, condenação por, Crime de Opinião, nesta terra!

Na realidade, às condições a que se está levando ao caso Juvêncio Mazzarollo, como nós, exatamente neste dia em que se completa um ano de aniversário de sua prisão, imaginávamos a hipótese até de um livramento condicional, recebemos o comunicado já estabelecido mas que fazemos questão de enfatizar, que, Juvêncio Mazzarollo, pelo chamado Crime de Opinião deverá cumprir mais 3 anos de cárcere - num País que se diz democrático tutelado por uma Lei de Segurança Nacional que é forte, como muito bem afirmou Teotônio Vilela, para punir um moço como Juvêncio Mazzarollo, não por haver roubado galinhas, mas, por haver denunciado quem roubou galinhas.

É por isso, senhor presidente, senhores deputados, que nós não poderíamos deixar de externar a nossa intensa indignação, a nossa profunda contrariedade perante a serenidade com que o arbítrio, através das suas múltiplas formas de incoerência prossegue, tentando delegar ao ostracismo, tanta gente idealista!

A prisão de Juvêncio Mazzarollo representa uma afronta à imprensa livre neste País; ele simboliza as condições precárias com que o autoritarismo trata a imprensa no exercício regular do seu dever. Na realidade, fatos como este merecem a nossa profunda repulsa. E aproveitamos o ensejo, para solicitar aos deputados desta Casa - em especial aos nossos companheiros do PMDB - que, está na hora de dizer "não", está na hora de articular um "Basta" a uma vítima da famigerada Lei da Segurança Nacional que está punindo, de uma forma absurda, um jovem idealista! Está na hora de nós do PMDB afirmarmos que, o governo Estadual não se presta, nunca à menor cooperação que seja no caso Juvêncio Mazzarollo. Está na hora de dizer que é abjeta a posição de um titular da segurança armado de metralhadora, para guardar alguém que é absolutamente inofensivo como Juvêncio Mazzarollo. Está na hora de dizer que nós não podemos conceber numa estrutura democrática, um moço confinado num quarto como que se fosse um perigo para a sociedade.

Lei de Segurança Nacional nociva, prepotente, que se delicia em prender não só titulares de imprensa, mas até mesmo representantes do clero como os sacerdotes franceses aprisionados, humilhados, encurralados em suas pretensões idealistas, por haverem colocado em sua pastoral cristã a identificação máxima, soberana, inevitável e a única válida, que é o angajamento total do homem à beira da sociedade, com o marginalizado, com aquele que prendeu a voz, com aquele que apenas espera na penumbra cinzenta em que ele está num País rico e próspero como o Brasil.

Senhor presidente, senhores deputados, entendemos esperamos que a nossa manifestação seja bem clara. Pretendemos solicitar ao governo Richa e haveremos de fazê-lo, e, para tanto, concitamos todos os nossos companheiros, para que o governo do Estado manifesta sua posição nitidamente contrária, pelo me-

nos das condições em que está, aqui em Curitiba, o senhor Juvêncio Mazzarollo.

O Sr. Sérgio Spada — Nobre deputado me concede um aparte? (Assentimento).

Realmente Vossa Excelência toca num ponto muito importante nesse caso Juvêncio Mazzarollo. Sabemos que Juvêncio Mazzarollo é inocente, que está na vitrine do regime para que todos nós outros, deputados, lutadores por uma democracia plena neste Brasil, para vermos Juvêncio preso e com isso nos intimidar.

Porque o regime que nos traz, que é a repressão, o poderio repressivo no Brasil que está aí, está fingindo de morto, mas que existe e pode ser acionado em qualquer momento contra qualquer um de nós.

Mas, ele é um preso da justiça militar, do exército, e encontra-se nas mãos da justiça da Polícia Militar do Estado. E nós não podemos admitir que o Juvêncio como companheiro, como lutador que ajudou a derrubar o "neismo" aqui no Estado do Paraná, esteja sendo vigiado, como Vossa Excelência muito bem frisou, por soldados do governo do Estado do Paraná, de metralhadora na mão, tratado de maneira humilhante como o foi no Ahú, em Piraquara, e está sendo hoje, na guarnição do Corpo de Bombeiros.

Deputados do PMDB, eu uno a minha voz à voz de Vossas Excelências. Devemos vestir a camisa de Juvêncio Mazzarollo, pois ele é um companheiro nosso que hoje está preso, como poderemos estar amanhã, qualquer um de nós. E o PMDB tem inclusive, no seu próprio programa de Partido, a luta contra a Lei de Segurança Nacional; fazer o que se está fazendo com Juvêncio Mazzarollo é estar sendo conivente com essa esdrúxula lei que vigora nesse nosso Brasil.

Obrigado.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado pelo aparte, caro deputado Sérgio Spada. E além disso, além da justa manifestação de Vossa Excelência, eu continuo afirmando, se for necessário que até mesmo para um banho de sol haja escolta policial para Juvêncio Mazzarollo, escolta esta constituída por policiais do governo do Estado, nós entendemos, caro deputado, que a única atitude coerente, e nós devemos ter condição, hombridade e coerência para tanto, é pedir que o governo Estadual se isente totalmente do caso Mazzarollo, para que o governo federal, para que os titulares da Lei de Segurança Nacional assumam a posição que é só deles, porque é somente eles que são os algozes, de fato, de Juvêncio Mazzarollo.

Na realidade, senhores deputados, causou-nos profunda indignação e qualquer parlamentar que for visitá-lo, não tenho a menor dúvida, haverá de assenhorar-se dos mesmos sentimentos que calaram fundo em nosso peito, ao deparar as condições humilhantes em que é tratado um militante da democracia, um professor que por tantos anos emprestou o seu serviço à causa da educação do Paraná, como foi Juvêncio Mazzarollo, causou-nos profunda repulsa, principalmente, no momento em que nós sabemos, que nós deputados do PMDB e que o governo do PMDB se estamos aqui instalados, nós o devemos e muito, a vários, a tantos "Juvênios Mazzarollos" que enfrentaram os grandes, denunciando o arbítrio; a tantos companheiros que foram torturados, que enfrentaram prisões, que foram perseguidos, que sofreram toda a sorte de inseguranças.

É por esta razão, senhores deputados, que não podemos calar a nossa voz contra a perfídia de um Tribunal Militar, que empalmendo a bandeira da Lei da Segurança Nacional, forte para prender inocentes, forte para esmagar a voz da Pastoral da Igreja, mas incompetente para resolver os problemas nacionais, incompetentes para dizer "não" às imposições alienígenas contra a nossa gente; incompetente para dizer um "basta" ao entreguismo, um "basta" aos banqueiros internacionais; para dizer

que está na hora de construirmos um Brasil novo, um Brasil gigante, um Brasil que só pode ser construído por brasileiros, por seres livres, pelas maiorias oprimidas de nossa terra, pelos "bóias-frias", pelos marginalizados; porque a grande verdade é esta, a imensa, a esmagadora galeria de brasileiros, continua apenas assistindo ao espetáculo da sua imolação progressiva aos golpes do arbítrio que continua imperando.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Tadeu, desde a decretação em 68, da Lei de Segurança Nacional, ela vem atingindo principalmente jornalistas, religiosos, líderes sindicais, intelectuais, e num rápido aqui e incompleto relatório nós poderemos citar além de Juvêncio Mazzarollo, - em Brasília há dois anos estão presos dois padres franceses; os jornalistas que estão presos no Rio, condenados a 26 meses de prisão, o Cláudio Campos, o Ricardo Lessa e o Pedro Camargo, porque revelaram no jornal aqueles que detêm conta na Suíça.

Os jornalistas Omar Trindade, o Rafael Guimarães, a Rosvita Santescki e o Bonny, de um jornal de Porto Alegre, estão condenados há cinco meses de prisão, por publicarem os documentos do exército sobre a opressão. Os jornalistas Paulo Roberto Ferreira e Luiz Carvalho, do Paraná, foram presos há alguns meses, liberados após, mas continuam ainda ali na relação da Lei de Segurança Nacional.

Também existem os processos dos jornalistas José Carlos de Assis, da "Folha de São Paulo", o Júlio Mesquita, do Estado e até é possível agora o enquadramento do general Fiuza de Castro que falou em entrevista sobre o misterioso relatório Saraiva.

Então, se nós formos nos aprofundar, esta relação é enorme, são dezenas e dezenas de nomes que sofrem ainda com essa expúria Lei de Segurança Nacional que tem que ser banida do cenário brasileiro o quanto antes.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado, deputado Fiori Luiz.

Quando vemos que réus primários que às vezes praticaram crimes hediondos; que às vezes incidiram em penas graves, conseguem o direito, pelo menos, a cumprir a pena em liberdade; quando vemos tantos criminosos que conseguiram prisão albergue; quando vemos tantos titulares assim agirem e assim conseguirem benefícios da Lei, nós mais uma vez lamentamos profundamente que quem não roubou, quem não agrediu, quem em absoluto não ofendeu a integridade de quem quer que seja, esteja lá confinado à uma verdadeira cela, em condições humilhantes, indignas, abjetas, contra a dignidade de qualquer ser humano.

Senhor presidente, senhores deputados, neste dia faz um ano de encarceramento. Mas, para nós do PMDB, em especial, deve-se iniciar um novo dia de luta por melhores condições, e luta efetiva para que outras vítimas não sejam condenadas à infâmia que ainda hoje se abate contra um jovem, Juvêncio Mazzarollo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao nobre deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Ocupo esta tribuna hoje para fazer uma denúncia contra uma sistemática que vem sendo adotada por empresas multinacionais, na área da produção e venda de sementes de milho híbrido.

Como é do conhecimento dos nobres colegas deputados, cerca de 80 por cento do mercado de fornecimento de sementes selecionadas de milho híbrido, é controlado por duas empresas multinacionais. Essas mesmas empresas, que fornecem as chama-

das sementes certificadas aos produtores, compram no sistema cooperado, uma saca de 60 quilos na base de 3 mil 720 cruzeiros e revendem depois, para cultivo, em torno de 12 a 14 mil cruzeiros, a saca de 40 quilos.

Isto quer dizer que o truste multinacional está comprando a semente na base de 62 cruzeiros o quilo, e revendendo por cerca de 350 cruzeiros, correspondendo a um ágio de mais de 650 por cento, sobre o preço inicial.

Como se vê, o comportamento dessas duas empresas, que fazemos questão de dizer que são multinacionais, porque afetem até mesmo a dignidade deste País, acaba influenciando essencialmente no custo final do produto, ou seja, o produtor rural, que adquire uma semente de milho híbrido a preços exageradamente altos, fatalmente vai tentar transferir esses custos para frente.

Entra o atravessador, o comerciante e não sei quem mais, nesse sistema podre de comercialização que existe no Brasil, e quem sofre, no fim, é o consumidor de óleo, farinha, etc. O preço final dos produtos derivados do milho começam então, a serem manipulados já no fornecimento da semente selecionada.

Para conhecimento dos senhores deputados, lembramos apenas que o milho híbrido é cultivado atualmente, no Paraná, numa área de aproximadamente dois milhões de hectares, exigindo o consumo de mais de 900 mil sacas de semente. Desse total, 80 por cento são fornecidos por essas duas empresas multinacionais, que vilipendiam os preços justamente por exercerem um monopólio pernicioso e danoso à economia nacional. Os outros 20 por cento de sementes são fornecidos por duas empresas nacionais, incluindo-se aí, aqueles agricultores que cultivam o milho híbrido com sementes próprias.

Imaginemos agora essa situação transferida para um plano nacional, ou particularmente, em outros Estados da Federação que também se dedicam ao cultivo do milho, a partir de sementes selecionadas e vendidas por essas empresas multinacionais. A constatação é realmente alarmante e exige uma providência imediata de nossas autoridades federais ligadas à área, principalmente do Ministério da Agricultura.

O apelo que fazemos, então, em função dessa denúncia, é de que esta Casa envie um expediente ao senhor ministro da Agricultura para que mande fiscalizar esse setor de produção, e venda de sementes certificadas de milho híbrido, principalmente aquelas comercializadas por essas duas empresas multinacionais, ou até mesmo as nacionais, se estiverem praticando preços exorbitantes. O que nos interessa é defender o custo de plantio do agricultor brasileiro, porque, assim, estaremos defendendo também, indiretamente, um custo final mais acessível ao consumidor de produtos derivados do milho. Mesmo que as empresas fornecedoras de sementes aleguem altos custos com sacaria, embalagem, estocagem, administração, etc., nada justifica um preço seis ou sete vezes maior do que aquele pago ao produtor de semente.

Além desse apelo que fazemos a autoridades da área federal ligada a esse assunto, nos dirigimos também aos setores competentes na esfera estadual, mais particularmente à Secretaria da Agricultura. Seria interessante que o senhor secretário da Agricultura estudasse a possibilidade de a CAFE DO PARANÁ, utilizar toda a bagagem que já possui na produção de sementes de algodão, para montar uma usina de produção de sementes de milho híbrido.

É algo bem diferente do que a CAFE DO PARANÁ vem fazendo com o algodão, mas que pelo menos se pense em reunir um grupo de técnicos para pesquisar, estudar e apresentar sugestões nessa área. Sabemos que a CAFE DO PARANÁ, por exemplo, pensa em entrar na área de fornecimento de sementes de milho "variedades", um tipo de semente que permitiria o seu uso por mais de uma safra. Esse esforço poderá ser ampliado para se tentar evitar ou amenizar, o alto custo da semente de milho híbrido, que vem sendo comercializada escandalosamente

por aquelas empresas multinacionais a que já nos referimos.

Vale a pena ressaltar, a propósito, o saudável trabalho que a CAFE DO PARANA vem realizando no campo da produção e comercialização de sementes de algodão, um monopólio que traz inúmeros benefícios ao agricultor paranaense, inclusive em termos de preços. Além do preço, que nunca chega a mais de três vezes o custo inicial transferido ao produtor, a semente de algodão fornecida pela CAFE DO PARANÁ traz duas características importantes, como a de ser altamente produtiva e a qualidade de sua fibra. Aliás, o Paraná e São Paulo são os únicos Estados brasileiros que mantêm esse tipo de controle de fornecimento de sementes de algodão, resultando no alto conceito que os produtos desses dois Estados desfrutam hoje no mercado internacional, para onde já estão exportando suas fibras de algodão. Aqui nesse caso se registra um exemplo de decência na produção e comercialização de sementes, embora de outro produto diferente do milho. A sistemática porém é a mesma, não havendo necessidade de se explorar a situação com preços abusivos.

Esta é a situação que aqui hoje pretendíamos denunciar, juntamente com o apelo para que esse processo, de exploração do agricultor brasileiro, seja revertido em benefício de toda nossa comunidade".

Concedo aparte ao Nobre Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência aborda um dos mais graves problemas que a agricultura tem hoje no País, que é o monopólio da produção de sementes de milho nas mãos das multinacionais, porque, por ser o milho híbrido e ter a degenerescência num processo, eles possuem as matrizes desse milho, e Vossa Excelência, hoje aborda o problema crucial da agricultura para os produtores de milho, porque as multinacionais, de um lado, achacam o agricultor que produz em consórcio e por outro lado achacam o produtor de milho que só tem nelas o único vendedor. Um dado para Vossa Excelência observar a gravidade disso: O Governo Federal através do Ministério da Agricultura, liberou um bilhão de cruzeiros para a Agroceres, para ela produzir milho e também para propaganda na televisão. Então, quando nós vemos na televisão, propaganda da Agroceres, até achamos que é uma propaganda com sentido patriótico, mas é paga através do Ministério da Agricultura, que liberou um bilhão de cruzeiros, e o Governo Federal não fez pesquisa nenhuma até hoje, para termos o nosso milho nas mãos dos brasileiros. Agora, o Paraná está com um programa para que consigamos ter produção de milho, própria, e saíamos deste tipo de problema que Vossa Excelência tão bem aborda na tarde de hoje.

O SR. HERMAS BRANDÃO — Agradeço o aparte nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. — Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 98/83, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o PODER EXECUTIVO, a realizar Concurso Interno para enquadrar na carreira de Agente Fiscal, servidores contratados como "Conferente", conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. (Em regime de urgência).

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 105/82, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que autoriza o PODER

EXECUTIVO doar ao Município de Itambé, área de terreno específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 105/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Itambé, o lote de terra sob n.º 45/44, parte do lote n.º 44, da Gleba do Ribeirão Ijuhy, com área de 2.700,00 m² situado na Vila Persona, na sede do Município do Itambé, transcrição n.º 1.598, livro 3-D, da circunscrição de Marialva, com as divisas seguintes:

Confronta-se com uma estrada ao S.E. numa frente de 45,00 metros; com os lotes n.ºs 46/44 e 47/44 ao N.O. na largura de 45,00 metros e, finalmente, com área remanescente do lote n.º 44 ao N.E. numa extensão de 60,00 metros.

Parágrafo único — O imóvel de que trata este artigo, destina-se à construção do Asilo São Vicente de Paulo, e fica gravado com a cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade da doação dispensa qualquer argumento em seu favor.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 105/82

De autoria do Nobre Deputado Gilberto Carvalho, o projeto intenta autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Itambé, o lote de terreno urbano, situado na Vila Persona, no referido Município.

Estabelece o plano de lei, que o imóvel a ser doado destina-se à construção do Asilo São Vicente de Paulo e ficará gravado com a cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.

A matéria é de competência da Assembléia Legislativa e está situada entre aquelas cuja iniciativa se permite ao deputado e formalmente nada há que se possa opor.

Desta forma, nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR- Presidente

ANIBAL KHURY - Relator.

1.^a DISCUSSÃO: Do Projeto de Lei n.º 30/83, de autoria do DEPUTADO NESTOR BAPTISTA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao DR. JOSÉ ALENCAR FURTADO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 30/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Parecer ao Projeto de Lei n.º 30/83.

Pretende o ilustre Deputado NESTOR BAPTISTA, com o presente Projeto de Lei de sua lavra, conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor JOSÉ ALENCAR FURTADO.

Ressaltam dos termos da Justificativa a conveniência e oportunidade da medida, que objetiva homenagear um cidadão de extraordinária cultura, líder político, que ora retorna às falanges parlamentares, na Câmara Federal a fim de prosseguir a luta por este Estado que o acolheu.

Quanto ao aspecto formal, encontra-se o instituído de acordo com as normas regimentais e legais.

Nestas circunstâncias, nossa opinião é favorável à APROVAÇÃO do presente Projeto.

Sala das Comissões em 10 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR- Presidente.

ERVIN BONKOSKI — Relator.

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 48/83, de autoria do DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza o PODER EXECUTIVO a doar veículos às Prefeituras Municipais, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.** (D.A. n.º 47/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 48/83.

O Projeto de Lei n.º 48/83, de autoria do Nobre Deputado Basílio Zanusso, autoriza o Poder Executivo a doar às Prefeituras Municipais os veículos de propriedade do Estado que se encontre à disposição das mesmas por mais de cinco (05) anos através de comodato, firmado com a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

O Projeto foi encaminhado dentro das disposições regimentais e, tratando-se de medida meramente autorizatória, não há qualquer vício de natureza constitucional ou legal, que possa impedir sua aprovação.

Quanto à oportunidade, tratando-se de veículos com mais de cinco anos de uso, quer nos parecer que a sua devolução ao Estado acarretaria mais ônus do que vantagens para o Poder Executivo, dado o péssimo estado de conservação em que muitos se encontram, obrigados que são ao trânsito constante em estradas não pavimentadas e em condições de tempo adversas.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 48/83.

O Nobre Deputado Basílio Zanusso objetiva com o presente Plano de Lei autorizar o Poder Executivo a doar às Prefeituras Municipais, os veículos de propriedade do Estado que se encontrem à disposição dos mesmos por mais de cinco (05) anos.

A matéria já foi objeto de estudo pela Comissão de Constituição e Justiça, onde mereceu parecer favorável.

Incontestável a oportunidade e justeza da medida, a respeito do que já se pronunciou a C.C.J.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

DIRCEU MANFRINATO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 67/83, de autoria do DEPUTADO ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, que autoriza o PODER EXECUTIVO, a criar uma circunscrição do Serviço de Trânsito - CIRETRAN, na sede do Município de São João do Ivaí, com jurisdição sobre os Municípios de São Pedro do Ivaí, Fênix e Lunardelli. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.** (D.A. n.º 67/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 67/83.

Pelo presente plano de lei visa o Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, autorizar o Poder Executivo a criar uma Circunscrição do Serviço de Trânsito - CIRETRAN, na sede do Município de São João do Ivaí, com jurisdição sobre os Municípios de São Pedro do Ivaí, Fênix e Lunardelli.

Pretende o projeto autorizar a criação de novo CIRETRAN, desmembrando-se do CIRETRAN de Ivaiporã.

Tratando-se de projeto meramente autorizatório, não há vício quanto à sua iniciativa.

Nestas condições, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 67/83.

De autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, objetivando autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição do Serviço de Trânsito - CIRETRAN, na sede do município de São João do Ivaí, Fênix e Lunardelli.

Sobre o Plano de Lei, já houve o pronunciamento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisando a sua constitucionalidade opinou favoravelmente.

No âmbito desta Comissão de Finanças, restrita ao exame do aspecto financeiro da proposição, nada temos a contestar que possa impedir a sua tramitação normal por esta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável a sua Aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente.

GABRIEL MANOEL — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Leite Mendes, ocorrido no dia 23 de setembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento proferido na inauguração da Escola da Magistratura do Paraná, pelo Sr. Governador do Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, visando a inclusão entre os 13 municípios onde serão realizadas obras para a ampliação do Sistema Coletor de Esgotos, do Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública, encarecendo a doação de uma viatura devidamente equipada para a Delegacia de Polícia, no Município de Juranda. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a inclusão entre os 13 municípios onde serão realizadas obras para a ampliação do Sistema Coletor de Esgotos, do Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a implantação de rodovia asfaltada ligando o Distrito de Aparecida do Oeste, no Município de Tuneiras do Oeste, à Estrada Boiadeira que já está incluída no plano de asfaltamento. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando a instalação de Posto de Saúde nos Distritos de Taquarimbé, São Luiz e São Vicente, no Município de Araruna. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao senhor secretário dos Transportes, visando a construção de ponte sobre o Rio Goioerê, interligando a Estrada Tuneiras do Oeste-Janiópolis.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao senhor secretário dos Transportes, visando o asfaltamento da via que liga o distrito de Marabá, município de Tuneiras do Oeste, à Rodovia PR-323, que liga os municípios de Maringá a Cianorte.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos senhores governador do Estado e secretários da Educação e Administração, visando promoções de professores e especialistas de educação, quer por avanço vertical por habilitação, quer por avanço diagonal por antiguidade, conforme determinam as Leis Complementares nºs 7/76 e 16/82 e a Lei nº 6.174.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Conglomerado Banestado, por intermédio da Secretaria das Finanças, visando a instalação de uma agência desse estabelecimento de crédito, no município de Chopinzinho.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 105/82 e 30, 48 e 67/83.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 79, 82, 94 e 100/83.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 1983.

DATA: 21 de setembro de 1983.

LOCAL: Curitiba

PRONUNCIAMENTO PROFERIDO NA INAUGURAÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ.

Excelentíssimo Senhor, Desembargador Alceu Conceição Machado, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça;

Excelentíssimo Senhor, Deputado Trajano Bastos Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná;

Excelentíssimas autoridades aqui presentes e já nominadas pelo Presidente da Mesa;

Senhor Desembargador Jayme Munhoz Gonçalves, Diretor da Escola da Magistratura do Estado;

Senhores Desembargadores;

Senhores Juízes de Direito;

demais convidados:

Profundamente sensibilizado pela oportunidade de participar, presenciar este fato histórico que é a instalação da Escola da Magistratura do Estado do Paraná, creio não ser menor a minha emoção por ter o privilégio de participar tão ativamente da instalação desta Escola.

Naturalmente, a bondade do Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, dos Senhores Desembargadores e dos seus demais

membros, me conferiram este privilégio, me conferiram esta honraria, da qual hei de lembrar-me por toda a minha vida.

Creio, Dr. Jayme Munhoz Gonçalves, que muito mais do que um amigo eu me sinto um profundo admirador do Judiciário, tenho por esse Poder maior respeito e, creio mesmo, que procurei sempre, durante toda a minha vida, pautá-la por um respeito e por uma verdadeira escravidão às leis.

Esse gesto dos Senhores me sensibiliza bastante, me deixa deveras emocionado até; pessoas há que, neste campo do Direito, seriam altamente qualificadas para o privilégio de proferir esta aula inaugural, quando se instala a Escola da Magistratura e, entretanto, o Tribunal de Justiça do Paraná confere a mim a imerecida honraria de poder, neste instante, não só presenciar como, também, participar tão ativamente do primeiro dia de funcionamento desta extraordinária Escola, cujos frutos, eu tenho absoluta certeza, virão muito mais cedo do que nós, com todo o entusiasmo pela idéia, pudéssemos imaginar.

Fomos, sempre, adeptos fervorosos desta Escola, a ponto de, ainda na fase do debate de propostas para a campanha eleitoral, termos mencionado a necessidade do Poder Judiciário criar uma escola deste nível, a Escola da Magistratura; assim também, tivemos a oportunidade de mencionar, e até mesmo de debater a necessidade da criação do Juizado das Pequenas Causas duas importantes conquistas da população do Paraná que encontraram no Tribunal de Justiça a sensibilidade e, mais do que a sensibilidade, sob a firme, decidida e extraordinária gestão do Desembargador Alceu Conceição Machado tornaram-se realidade muito antes do que nós próprios pudéssemos imaginar.

Por isso, meus cumprimentos, a minha saudação inicial a todos os membros do Poder Judiciário, especialmente ao seu Presidente, que tem dignificado a Justiça deste Estado e tem honrado, sobremaneira, a todos os membros do Poder Judiciário.

Sou político desde a mocidade. Orgulho-me de pertencer à categoria dos homens que dedicam suas vidas à execução de ações voltadas para o bem comum, orientados por inabaláveis princípios éticos e cristãos.

O dinamismo de uma vida dedicada à política, senão permite, com a frequência desejável, contacto com a boa doutrina, propicia em compensação, a aquisição de conhecimentos empíricos, alguns tão sólidos que se transformam em dogmas, como por exemplo, o de que, em minha compreensão, administrar é fazer justiça com a intencionalidade de que se está a realizar o justo.

É o estudo empírico da Ciência Política, real ativador da sensibilidade social, que me permite constatar as transformações que estão se processando no Poder Judiciário paranaense, sob a direção do eminente Desembargador Alceu Conceição Machado.

Estas transformações, além de possuírem força para firmar a ordem jurídica democrática, possuem, ainda, atributos para mais e mais tornarem o Poder Judiciário respeitado e admirado socialmente.

Recentemente foi instalado nas comarcas de Curitiba, Guarapuava, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, o chamado Juizado de Pequenas Causas, ou, em outras palavras, a arbitragem extra-judicial. A par de revelar o empenho da magistratura paranaense na busca de alternativas para o seu aprimoramento, este sistema, seja pela sua característica marcadamente democrática, seja pela rapidez e eficiência com que dirime os conflitos privados, ao lado de outros, contribuirá decisivamente para que a administração da justiça se exerça eficazmente.

Hoje se instala a Escola da Magistratura do Estado do Paraná, cujos cursos serão ministrados pela Associação dos seus Magistrados, dirigida pelo eminente Desembargador Lauro Lima Lopes. Ao meu ver, esta Escola, somente por concentrar os diversos esquemas existentes na formação dos magistrados, nasce fadada ao pleno êxito.

Não restam dúvidas portanto: mais do que transformações de natureza formal, o que se percebe é que o Poder Judiciário do nosso Estado, trilha o caminho do que, na Europa se denomina de "conversão da sua identidade" que, com certeza, alcançará a redefinição do papel do juiz.

Sim, em minha opinião impõe-se que na formação dos magistrados se lhes mostre clara e firmemente que sua missão exige conhecimentos que os capacitem a uma atuação participativa na sociedade, eliminando-se de uma vez por todas a mais tênue tendência à misantropia. Por isso, claramente, o esforço dispensado na criação e, na instalação da Escola da Magistratura Paranaense haverá de orientar-se primordialmente para o ensino jurídico.

Todavia, sabe-se, a técnica não tem o condão de tudo resolver. Mormente em uma função que tem por alvo dirimir conflitos de interesses entre pessoas. Justamente por isso, é indispensável que os magistrados penetrem em outros ramos do saber, como a Economia, a História, a Sociologia e a Psicologia, para distribuírem uma justiça que cada vez mais seja interveniente.

Interveniente no sentido de, como partícipe, dever o magistrado preocupar-se com as questões sociais palpitantes, como, por exemplo: o urbanismo, a poluição, a defesa do consumidor, os subempregos, etc.

Interveniente ainda porque, o crescente desenvolvimento do Direito Comunitário, — já que vivemos uma sociedade com a nítida tendência das pessoas se associarem, por ser essa a melhor forma de eficatizarem suas reivindicações — está assim o exigir da pessoa do magistrado.

E, tenho absoluta certeza, os conhecimentos jurídicos acooplados a consistentes informações sobre as Ciências antes mencionadas, dão ao magistrado uma ampla compreensão dos fatos sociais e abrem ensejo à desejável atuação interveniente que, em última análise sedimenta os postulados democráticos por todos nós defendidos.

Na mesma linha de raciocínio, manifesto também o entendimento no sentido de que, o magistrado deve ser formado para inquietar-se socialmente. Ao mesmo tempo em que se preocupe em solver o conflito de interesses que lhe incumbe dirimir, deve preocupar-se com o conflito em si.

Para tal fim, urge estimulá-lo à prática de valorações, sobretudo de ordem política, o que, de certa forma, logrará atenuar os efeitos do dogma de sua apoliticidade, circunscrevendo-os, simplesmente, aos regulares impedimentos que devem existir face as peculiaridades das funções que lhe são confiadas.

A Escola da Magistratura do Estado do Paraná, desse modo formando os jovens que futuramente sucederão aos Senhores, constituirá um quadro da magistratura paranaense composto de pessoas aptas profissionalmente sensíveis socialmente.

Assim, alcançam-se condições para conduzir o Poder Judiciário a assunção de funções que tornem os seus membros, mais do que aplicadores das leis, verdadeiros "arquitetos sociais". Porque, "adquiriu-se consciência de que neutralidade não significa reduzir o magistrado à tábua rasa disponível para receber acriticamente as mais diversas pressões de natureza política e que o magistrado, no respeito pelas fontes de direito a que deve obediência, tem de enriquecer-se ética e culturalmente, por forma a criar os seus próprios quadros de referência."

Estas considerações, verdadeiro mosaico de idéias acerca do Poder Judiciário e dos seus integrantes, se úteis forem espero que o sejam para "criar um amplo espaço de diálogo e reflexão que proporcionem aos futuros magistrados oportunidade de desenvolvimento intelectual, de aperfeiçoamento da personalidade, de sensibilização à função judiciária."

O Poder Executivo Estadual, que irradia sua ação assentado nos princípios que projetam a democracia participativa, sente-se esperançoso e sobretudo orgulhoso ao verificar que o Poder Judiciário Estadual toma o rumo que o aparelhará a "ordenar a sociedade, através de uma aplicação pedagógica, criadora e, como tal, interveniente, do direito."

De minha parte estejam certos, continuo — e continuarei — empreendendo de forma a marcar a Administração Pública com o princípio da moralidade administrativa. Este é um traço de identidade que tenho com os Senhores, integrantes do Poder Judiciário. Há outros, pois, como disse, Administrar para mim é fazer justiça intencionalmente, como o é também para os Senhores.

A honra de poder me dirigir ao Poder Judiciário do nosso Estado, nesta cerimônia de instalação da Escola da Magistratura paranaense, credito ao fato de que, mais do que harmonicamente, aqui vivemos em um ambiente de rara cordialidade.

Na realidade não poderia ser diferente. Como co-responsáveis que somos, no enfrentamento e solução de questões cuja gravidade se intensifica, face às dificuldades dos dias presentes, somente irmanados, os Poderes Judiciário e Executivo, ao lado do Legislativo, poderão cumprir suas missões específicas, cujo alvo final é o de devolver à nossa gente, a perspectiva de um novo dia, de um novo alvorecer. Que Deus continue iluminando a todos nós.

Obrigado.